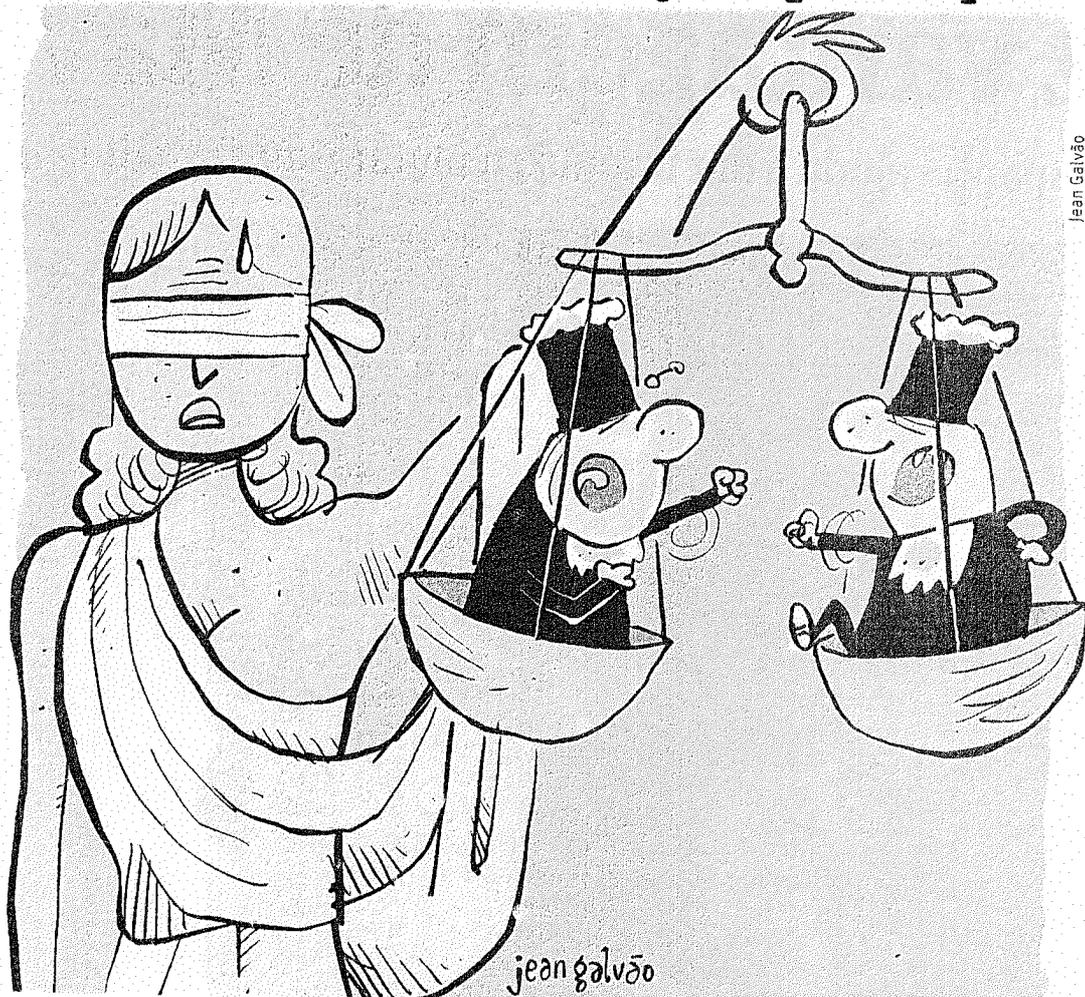


30 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

Lava Jato em SP vira 'briga de par ou ímpar' entre juízes

Titular e substituto de vara federal disputam quem toca processo



WÁLTER NUNES
DE SÃO PAULO

Desde que o Supremo Tribunal Federal decidiu enviar para a Justiça Federal paulista a Operação Custo Brasil — parte da Lava Jato que investiga desvios em contratos de crédito consignado — a disputa pela responsabilidade sobre o caso virou um infundável par ou ímpar entre juízes.

A Custo Brasil está desde janeiro sob o comando do juiz João Batista Gonçalves, titular da 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo. Mas o ju-

iz substituto Diego Paes Moreira reivindica seu comando.

A investigação chegou em São Paulo em setembro de 2015 como inquérito policial de número 946281. Na ocasião, Gonçalves, que acumula mais de 25 anos de magistratura, já estava na 6ª Vara. O substituto, porém, era outro: Paulo Bueno de Azevedo, 37.

Apesar de Gonçalves ser o titular, o braço da Lava Jato foi para a mesa de Azevedo obedecendo resolução que determina que ações registradas com número ímpar sejam encaminhadas para os juízes

substitutos e as peças pares, para os titulares. Até ali, nenhum conflito.

O substituto soltou Alexandre Romano, petista considerado o pivô do esquema e que assinou delação.

Determinou a prisão do ex-ministro do Planejamento Paulo Bernardo, acusado de ter se beneficiado do esquema. Bernardo saiu depois de seis dias graças à decisão do ministro do STF Dias Toffoli, que viu “flagrante constrangimento ilegal” na detenção.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

30 MAI 2017

Após o episódio, Azevedo candidatou-se a juiz titular e foi para Andradina (SP), deixando a Custo Brasil. Começou então a disputa pela herança da Lava Jato paulista.

Para o lugar de Azevedo foi nomeado Diego Paes Moreira, que atuava na Justiça Federal de Avaré (SP). Na ocasião, Moreira dava como certo que encontraria em sua mesa o rumoroso processo mais rumoroso. Decepcionou-se.

Em janeiro deste ano, com a cadeira de substituto vaga, o titular Gonçalves deu seguimento ao processo, conforme manda a norma. Colheu provas, ouviu testemunhas e decidiu requerimentos.

Em 13 de fevereiro, Moreira chegou e procurou o titular para dar o recado de que não abriria mão de comandar a Custo Brasil. Ouviu de volta que a papelada não sairia do armário em que estava.

O clima pesou e hoje os magistrados não trocam palavra.

Moreira consultou a corregedoria do Tribunal Regional Federal da 3ª Região sobre a regra de distribuição entre par e ímpar. Gonçalves argumentou que a resolução é mera recomendação e deve ser adotada "sem radicalismos". Argumentou que já estava atuando no processo e que agora os numerais estão a seu favor. Argumentou que o inquérito, que antes era registrado como ímpar, resultou na ação penal 0009460, par.

Em março, nas férias de Gonçalves, seria a vez de Moreira dar seguimento ao processo. Mas advogados que chegavam para despachar ouviam que tudo estava trancafiado nos escaninhos do titular. Gonçalves negou a versão aos desembargadores.

O Ministério Público entrou na discussão. Temendo que a questão gerasse uma brecha para a nulidade do processo, o procurador Sílvio Luís Martins de Oliveira opinou no TRF3 que o caso deve voltar para o gabinete do substituto.

Se os desembargadores decidirem que a Custo Brasil deve ir para o juiz substituto, os atos do titular vão se tornar sem efeito e o processo voltará para o estágio em que se encontrava no final do ano passado. "Se acontecer isso, é melhor que atrase agora do que aconteça uma nulidade lá na frente", diz Oliveira. O procurador pediu que a reportagem registrasse que não há desconfiança sobre a condução de Gonçalves e que a posição da Procuradoria foi meramente técnica.

A **Folha** tentou entrevistar os dois juízes, sem sucesso. João Batista Gonçalves disse que suas posições estão na sua manifestação ao TRF3. O juiz Diego Paes Moreira não respondeu aos pedidos da reportagem feitos por meio da assessoria da Justiça Federal.

30 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

Loures contrata advogado crítico de delações

Ex-assessor de Temer será defendido por Cezar Bitencourt, que fez reparos à Lava Jato

DE CURITIBA
DE BRASÍLIA

O deputado afastado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), flagrado recebendo uma mala com R\$ 500 mil da JBS, contratou o advogado Cezar Roberto Bitencourt para fazer sua defesa. Bitencourt é um crítico da delação premiada e de outros procedimentos adotados pela Lava Jato.

À **Folha**, nesta segunda (29), o criminalista afirmou que vai fazer uma defesa técnica, sem descartar em definitivo um acordo de delação.

“Não trabalho com delação, mas sou advogado e em última instância...”, disse Bitencourt. O advogado, que também defende o doleiro Lúcio Funaro, apontado como operador de Eduardo Cunha, afirmou que foi contratado pelo pai de Loures e que há espaço para vários questionamentos.

“Não se pode fazer gravação ardilosa contra a maior autoridade do país”, afirmou, em referência ao presidente Michel Temer, gravado por Joesley Batista, da JBS.

No diálogo, entre outros pontos, Joesley afirma que tem um plano para destituir um procurador que investigava a JBS e que estava “dando conta” de dois juízes.

Autor do livro “Tratado de Direito Penal” e doutor na área, Bitencourt já afirmou em artigos que a delação premiada está “eivada de inconstitucionalidades” e questionou os fundamentos do Estado ao conceder benefícios a um criminoso que delata crimes que o próprio Estado não conseguiu combater.

“E no mínimo arriscado apostar em que tais informações, que são oriundas de uma traição, não possam ser elas mesmas traiçoeiras em seu conteúdo”, afirmou, em artigo publicado no site “Consultor Jurídico”, em dezembro de 2014.

“Certamente aquele que é capaz de trair, delatar ou dedurar um companheiro movido exclusivamente pela ânsia de obter alguma vantagem pessoal não terá escrúpulos em igualmente mentir, inventar, tergiversar e manipular as informações que oferece para merecer o que deseja.”

Bitencourt também já criticou publicamente a “espetacularização” da Operação Lava Jato e disse que seus métodos “agredem os direitos fundamentais do cidadão e também o Código de Processo Penal”.

O advogado substituiu José Luiz de Oliveira Lima, que o defendia desde a revelação da delação da JBS. Ele alegou impedimento ético, mas não explicou os motivos da saída.

Loures era um dos auxiliares mais próximos de Temer e foi citado na delação de executivos da JBS como tendo negociado propina representando o presidente. (ESTELITA HASS CARAZZAI E LETÍCIA CASADO)

30 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

Candidatos a vaga de Janot atacam delação

Para ex-procuradora-geral eleitoral,
acordo da JBS diferiu do retrospecto da Lava Jato

FELIPE BÄCHTOLD
DE SÃO PAULO

Candidatos ao cargo de procurador-geral da República, hoje ocupado por Rodrigo Janot, criticaram os termos do acordo de colaboração dos delatores da JBS, que receberam autorização para sair do país.

A isenção de punição despertou críticas contra o Ministério Público Federal no meio político, incluindo do presidente Michel Temer.

Ex-vice-procuradora-geral, Sandra Cureau, que corre na disputa, disse que o caso gerou surpresa e é “completamente diferente” do histórico da Lava Jato, podendo resultar em impunidade. “Se alguém faz uma delação premiada, não é para que não se sujeite a nenhum tipo de punição. É para que ele possa ter algum benefício. Não simplesmente ‘até logo, vou-me embora.’”

Outro candidato, Eitel Santiago diz que os irmãos Joesley e Wesley Batista não poderiam ter um benefício tão grande e que o “Ministério Público se precipitou”. “Seria o caso de o Supremo Tribunal Federal olhar se não poderia rever essa delação. Esse acordo não merece os benefícios que tiveram.”

Sete dos oito candidatos participaram nesta segunda (29) do primeiro debate promovido pela Associação Nacional do Ministério Público. A votação ocorre em junho.

Questionados pela reportagem, a maioria preferiu não comentar os termos específicos do acordo com a Procuradoria-Geral da República.

Principal tema político do país, a Operação Lava Jato foi assunto secundário no primeiro debate. Questões como restrições orçamentárias e a organização interna da Procuradoria-Geral da República foram alguns dos pontos abordados pelos sete candidatos que compareceram.

A subprocuradora Raquel Dodge mencionou a economia anual que o Ministério Público Federal terá que fazer, de R\$ 216 milhões, e disse que o impacto é “profundo” sobre as atividades da instituição.

30 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

GOVERNO ENCERRALADO

TSE não é joguete nas mãos do governo, afirma Gilmar

Ministro critica expectativa do Planalto de que
decisão sobre cassação atrase

**Auxiliares de Temer
calculam placar de 4 a 3
a favor de presidente;
fato novo em apuração
comprometeria cenário**

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes, reagiu às pressões políticas que cercam a corte às vésperas do julgamento que pode cassar a chapa Dilma-Temer e afirmou à **Folha** que o tribunal “não é joguete nas mãos do governo”.

O discurso é uma reação às informações divulgadas nos últimos dias pela imprensa de que ministros do TSE poderiam pedir vista do processo com o objetivo de dar uma sobrevida ao presidente Michel Temer.

O ministro, que também ocupa uma das 11 cadeiras do Supremo Tribunal Federal, acredita que a tese de que o tribunal eleitoral pode protelar o julgamento é repassada a jornalistas por integrantes da equipe de Temer, que, há quase duas semanas, está mergulhado na maior crise de seu governo.

Ao dar palpite indevido, afirma Gilmar, “essas fontes tumultuam um julgamento

que já é difícil. Num julgamento complexo é normal pedir vista [mais tempo para analisar o processo]. Mas, se alguém fizer isso, não será a pedido do Palácio”.

Uma das teses de defesa do presidente é que ele poderia ganhar mais tempo — e fôlego político para aprovar medidas no Congresso — caso um dos ministros nomeados por ele, Admar Gonzaga, pedisse vista do processo.

Gilmar rebate a ideia e diz que auxiliares de Temer “ficam palpitando” como os ministros do TSE vão votar, ventilando, inclusive, a possibilidade de um pedido de vista” o que o “irrita profundamente”. “Eles não sabem absolutamente nada do que ocorre no tribunal. Não cuidam nem sequer de seu ofício. Se fizessem isso, não estariam metidos nessa imensa crise”, disse o ministro nesta segunda-feira (29).

“As fontes do Planalto são outro ramo das Organizações Tabajara, que é no que se transformou o Brasil.”

A reportagem apurou que, apesar da pressão política, Temer e seus auxiliares próximos ainda veem possível cenário de vitória no plenário do

TSE, em que o placar seria de 4 votos a 3 a favor do peemedebista, sem pedido de vista.

O Planalto admite que essa não é uma conta “segura” e que o “humor” da corte pode mudar caso haja degradação da cena política, com novas suspeitas sobre Temer que poderiam vir, por exemplo, de uma possível delação do deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR).

Loures recebeu uma mala com R\$ 500 mil da JBS em troca de beneficiar a empresa e, segundo acreditam auxiliares de Temer, assumirá a responsabilidade sozinho. Há a preocupação, porém, de que o ex-assessor especial do presidente resolva implicá-lo como receptor do dinheiro para se livrar da culpa.

CONTA

Caso não haja fato novo, a conta do Planalto é a seguinte: os ministros Gilmar Mendes, Napoleão Nunes, Admar Gonzaga e Tarcísio Vieira votariam para absolver o presidente. Na outra ponta, o ministro relator, Herman Benjamin, votará a favor da cassação da chapa e deve ser seguido pela ministra Rosa Weber. A dúvida do Palácio do Planalto é em relação ao voto do ministro Luiz Fux.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Gilmar, por sua vez, responde às especulações do governo e diz que os assessores de Temer “agem como se o TSE fosse um departamento do governo. Repito: o TSE não é um departamento do governo”, diz o magistrado.

Indicado por Temer ao TSE e alvo da especulação sobre o pedido de vista, o ministro Admar Gonzaga será o terceiro a votar. Herman falará pela cassação da chapa, seguido por Napoleão, que pode abrir divergência. Dessa forma, quem acompanha o processo diz que seria “juridicamente natural” que Admar pedisse vista diante de dois votos conflitantes.

A pessoas próximas, o ministro tem dito que se debruçou por dias sobre a ação, portanto, está preparado para votar na próxima semana.

No TSE, a avaliação é de que Admar tem acenado que vai votar contra a cassação da chapa, argumentando que os crimes mais graves são apontados no processo de delação da Odebrecht, que só foram anexados ao processo na fase de instrução e, portanto, na sua opinião, fogem do objeto da ação e não devem ser levados em conta. (MÔNICA BERGAMO, BRUNO BOGHOSSIAN, MARINA DIAS E BELA MEGALE)

O PROCESSO NO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Pedido do PSDB pode resultar na cassação de Temer

Resultado da eleição presidencial de 2014

48,4% dos votos 51,6% dos votos



Aécio Neves

Aloysio Nunes

Dilma Rousseff

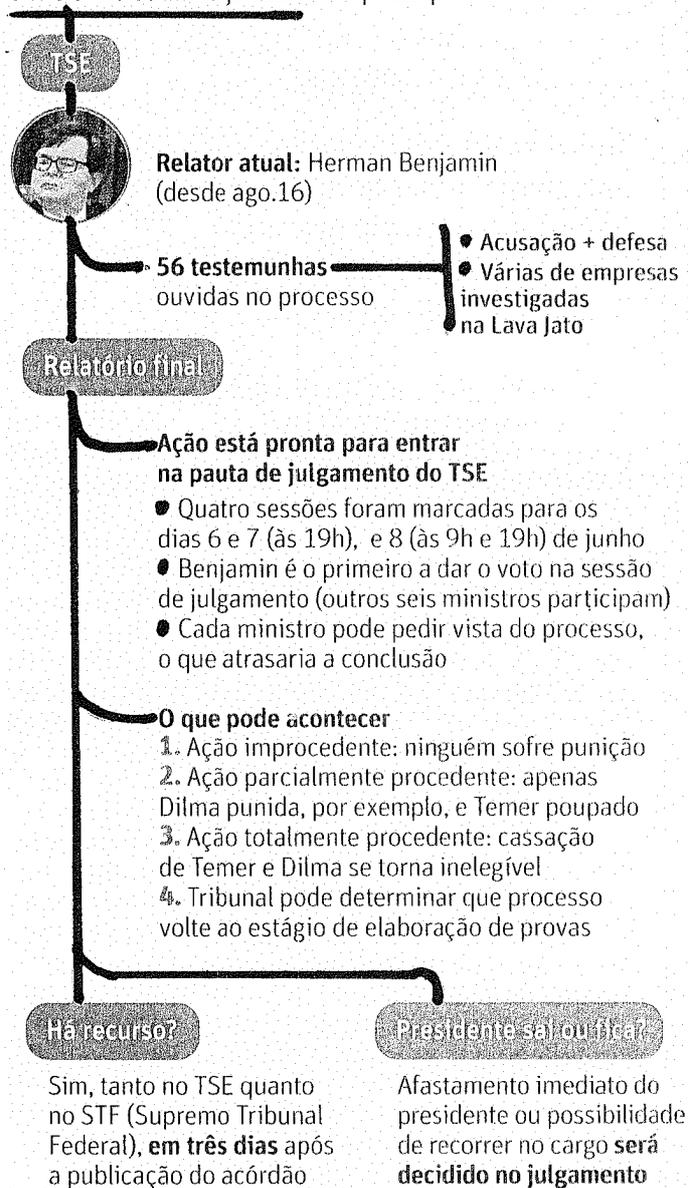
Michel Temer

● Coligação
“Muda Brasil”
(PSDB / DEM / SD / PTB / PMN / PTC / PEN / PT do B / PTN)

● Coligação
“Com a Força do Povo”
(PT / PMDB / PSD / PP / PR / PROS / PDT / PC do B / PRB)

● Entrou com **quatro ações** entre out.14 e jan.15

● **Acusação:** abuso de poder político e econômico



Há recurso?

Sim, tanto no TSE quanto no STF (Supremo Tribunal Federal), em três dias após a publicação do acórdão

Presidente sai ou fica?

Afastamento imediato do presidente ou possibilidade de recorrer no cargo será decidido no julgamento

30 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

Apontado como líder em esquema da Carne Fraca avança em delação

COLABORAÇÃO PARA O UOL, EM CURITIBA - Apontado como “líder e principal articulador do bando criminoso” —nas palavras do juiz federal Marcos Josegri da Silva— investigado pela Operação Carne Fraca, o ex-superintendente regional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) no Paraná Daniel Gonçalves Filho tem sua delação premiada ao Ministério Público Federal perto de ser concluída. Faltam poucas reuniões para que ele termine de prestar informações e o pacote seja submetido à homologação.

Gonçalves comandou o Mapa no Paraná entre 2007 e 2014 e de junho de 2015 a abril de 2016. No fim do mês passado, foi acusado pela Procuradoria de crimes como organização criminosa, corrupção passiva privilegiada, prevaricação (agir contra sua função para satisfazer interesse pessoal), concussão (exigir vantagem indevida) e violação de sigillo profissional.

Deflagrada em março, a Operação Carne Fraca investiga um esquema de fraude e corrupção em frigoríficos do país. No mês passado, a Justiça Federal do Paraná tornou réus 59 dos 60 denunciados.

30 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

MEIA VOLTA

Ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) acreditam que o sucessor de Rodrigo Janot pode apresentar ação contra Joesley Batista, da JBS, enterrando o acordo que o atual procurador-geral da República fez com o empresário, a quem concedeu perdão judicial.

VOLVER

Se isso ocorrer, ficaria mais fácil rediscutir os benefícios dados por Janot a Batista, e endossados pelo ministro Edson Fachin, do STF.

PALAVRA FINAL

A questão não é consensual. Há ministros que acreditam que, ainda que Janot não apresente denúncia contra o empresário, o STF pode barrar os benefícios, recusando-se a homologar o acordo. Por esse entendimento, Fachin teria endossado apenas aspectos formais da delação, e não todos os termos da negociação, que ainda teriam que passar pelo plenário da corte.

RISCO

E há ainda os que acreditam que os termos não podem ser revistos, sob pena de colocar em risco futuras delações — posição defendida publicamente pelo ministro Luís Roberto Barroso em entrevista à **Folha**, no sábado (27).

CURTO-CIRCUITO

O professor Miguel Reale Júnior lança o livro "Código Penal Comentado", hoje, às 18h30, na Livraria da Vila da Alameda Lorena.

tiroteio

Cabe a Janot esclarecer o encontro fora da agenda com o então vice-presidente. Presume-se que tenha sido em prol da nação.

DE ROBERTO VELOSO, presidente da Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil) sobre a conversa extraoficial de Rodrigo Janot e Michel Temer em 2015.

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

"Lettres de cachet"

SÃO PAULO. Ainda há juízes em São Paulo. Um desembargador teve o bom senso de revogar as "lettres de cachet" que, a pedido da prefeitura, foram expedidas por um magistrado de primeira instância, permitindo que equipes de saúde e a guarda municipal catassem à força aqueles que julgassem ser dependentes de drogas e os obrigassem a submeter-se a avaliação médica para eventual internação compulsória.

"Lettres de cachet", para quem não lembra das aulas de história, eram as cartas seladas (secretas) assinadas pela coroa francesa que determinavam o aprisionamento ou a internação hospitalar de inimigos políticos, loucos, ébrios, prostitutas e outras pessoas indesejáveis. Em todos os casos, a privação da liberdade era automática e não dependia de julgamento. Essas epístolas se tornaram o símbolo das arbitrariedades cometidas pelo rei, um dos fatores que levaram à Revolução Francesa.

Traço o paralelo histórico na esperança de mostrar que a medida judicial que a prefeitura tentou implantar, ao enfraquecer as garantias individuais de todos, é um problema que vai além da cracolândia. Não seria difícil, afinal, argumentar que a internação, ainda que peque por autoritarismo, visa ao bem dos dependentes. Mais até, as pessoas que vivem nas áreas próximas às frequentadas pelos usuários de drogas têm direito a uma vizinhança menos inóspita.

É difícil discordar disso. Buscar uma resposta para o problema da cracolândia é um dever do prefeito e da própria sociedade. Mas qualquer solução precisa necessariamente estar de acordo com a lei e com a ciência. A iniciativa da prefeitura, infelizmente, contrariou ambas. Passou como um trator por cima dos direitos e garantias fundamentais e ignorou o que a psiquiatria tem a dizer sobre o papel das internações em casos de dependência. E tudo o que conseguiu foi propagar a cracolândia por outras áreas da cidade, multiplicando os transtornos sem nada resolver.

30 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

NABIL BONDUKI

Na cracolândia caiu a máscara

30 MAI 2017

Para quem ainda tinha dúvidas, Doria mostrou, na última semana, que é pouco preparado para administrar uma cidade da complexidade de São Paulo; se busca cargos mais elevados, precisa comer muito feijão com arroz na planície.

A gestão pública requer atributos que vão muito além do gerenciamento de um negócio. Área de conhecimento com teoria e conceitos próprios, requer formação e experiência, além de habilidade política, sensibilidade humana e capacidade de ouvir opiniões contraditórias antes de tomar decisões.

A Prefeitura de São Paulo não é para amadores. Estrutura complexa, com centenas de milhares de funcionários e terceirizados, lida com inúmeras políticas setoriais, regidas por leis próprias, requerendo coordenação e articulação. Não é uma empresa de marketing, um canal de comunicação ou um negócio de lobby.

O prefeito ignora essa realidade. Preocupa-se mais com o Facebook do que em formular políticas públicas em conjunto com sua equipe. Quer aparecer como um gestor eficiente e autoritário, que acorda cedo e dorme tarde, como se isso bastasse para gerir uma megacidade. Espera resultados rápidos, mesmo que efêmeros, para reforçar essa imagem falsa.

Desinformado e sem estratégia, vislumbrou na equivocada ação policial na cracolândia mais uma oportunidade para se promover como um eficiente defensor da ordem e da limpeza urbana e social. De blusão preto, que lembra as milícias fascistas, se misturou aos policiais e declarou que a cracolândia tinha acabado, para espanto de seus próprios secretários.

Sem coordenação institucional, planejamento e apoio de especialistas, achava que resolveria no grito um crônico drama social. Improvisadamente, derrubou casarões ocupados, ferindo moradores, e anunciou um arquiteto de grife para maquiagem a área, como se essa fosse a questão. A cracolândia mudou de lugar e se espalhou.

Ignorando as leis do país e os direitos humanos universais, o prefeito pretendeu, com bravatas, tirar a questão social do mapa da cidade, eliminando os seres humanos que considera indesejáveis e suprimindo os territórios que ocupavam. Por fim, pediu autorização judicial para recolher, coletiva e compulsoriamente, supostos usuários de drogas, contrariando a Lei Antimanicomial, sancionada por FHC em 2001. A mobilização da sociedade, da Defensoria Pública e do Ministério Público freou os instintos autoritários do prefeito.

O prefeito "novo" reproduz o vício dos políticos tradicionais: interrompe programas das gestões anteriores, sem propor nada no lugar. De "novo", apenas a habilidade no Facebook. Que ele tenha a humildade de dar dois passos atrás: ouvir os especialistas, avaliar os pontos positivos e negativos do Braços Abertos e debater com a sociedade a melhor forma de enfrentar o problema.

NABIL BONDUKI escreve às terças-feiras
nesta coluna.

FOLHA DE S. PAULO 30 MAI 2017

Cliente da Net ganha desconto na Justiça após saída de canais

Com implantação de sinal digital, Record, SBT e RedeTV! se uniram para obter fatia de ganho dos planos de TV paga

Para juiz, consumidora contratou serviço que deixou de ser prestado; empresa Net São Paulo vai recorrer da decisão

NELSON DE SÁ
DE SÃO PAULO

O juiz Eduardo Francisco Marcondes, do Juizado Especial Cível do Foro Regional de Itaquera, condenou a operadora de TV paga Net São Paulo a restituir parte dos valores pagos por uma assinante, Amelia Ezequiel, pela exclusão de SBT, Record e RedeTV! de sua grade de canais.

As faturas deverão sofrer uma redução de R\$ 7,50 por mês, R\$ 2,50 por cada emissora que deixou de ser transmitida pela Net. Além disso, o valor cobrado a mais desde a suspensão do serviço deverá agora ser restituído.

Em sua sentença, o juiz paulistano escreve que a as-

sinante “contratou os serviços mencionados da [Net São Paulo], respondendo esta, portanto, por vícios ou defeitos na prestação dos referidos serviços”.

Marcondes afirma, por outro lado, que não era o caso de determinar a volta dos canais à operadora, porque “se trata de uma questão que envolve contratação entre a [Net] e aquelas empresas [SBT, Record e RedeTV!], com efeitos em relação a todos os demais assinantes, ou seja, uma situação que não pode ser resolvida para apenas um consumidor”.

Procurada pela reportagem, a Net São Paulo afirmou que vai recorrer da decisão de primeira instância. A empresa não quis comentar a decisão.

SIMBA

A exclusão dos canais ocorreu há quase dois meses, quando foi desligado o sinal analógico de TV aberta na Grande São Paulo, trocado

pelo digital — como parte de uma mudança que deve se estender a todo o país.

SBT, Record e RedeTV!, que se uniram na programadora Simba, passaram a cobrar das operadoras que retransmitiam os canais, até então gratuitamente. A falta de um acordo levou então ao corte da transmissão, de início por Net, Sky e outras, posteriormente também pela Vivo.

Em sua sentença, o juiz Marcondes escreve que, “com o fim do sinal analógico, a transmissão depende de autorização expressa de cada canal aberto [e] poder-se-ia argumentar que não há como responsabilizar a [Net São Paulo] pela suspensão”.

No entanto, no processo julgado, “cuida-se de relação de consumo, na qual a [assinante Amelia Ezequiel] pagava um preço por uma serviço que incluía SBT, Record e RedeTV! [e] houve redução”, sem queda equivalente na mensalidade cobrada.

30 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

Entidades querem suspensão de medida que reduz zonas eleitorais

Membros dos Tribunais Regionais Eleitorais tentam reverter portaria do TSE; no Paraná, quase metade das zonas eleitorais seriam extintas



"Caso o pedido não seja atendido, a associação vai analisar as medidas judiciais que podem ser tomadas", avisa o presidente do TRE, Adalberto Xisto Pereira

“*É preciso discutir profundamente a mudança para não comprometer a eficiência da Justiça Eleitoral”***”**

CONTINUA

30 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Loriane Comeli

Reportagem Local

Entidades ligadas à Justiça Eleitoral esperam da presidência do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) uma decisão sobre a portaria 372, que fixa critérios para a extinção de zonas eleitorais localizadas em todo o País com objetivo de reduzir gastos. Publicada em 12 de maio, a portaria mobilizou o Coptrel (Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais), a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) e a Fenajufe (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União), que, após reunião na semana passada com o ministro Gilmar Mendes, solicitaram a suspensão da norma para que haja discussão mais aprofundada sobre o tema. No Paraná, cálculos preliminares apontam que quase metade das 206 zonas seriam extintas.

O presidente do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Paraná, Adalberto Xisto Pereira, disse que "a suspensão da portaria é necessária até que haja um debate mais avançado". "Caso o pedido não seja atendido, a associação vai analisar as medidas judiciais que podem ser tomadas", disse, referindo-se à AMB. "Faltou a devida discussão porque a medida deve ser aplicada linearmente em todos os Estados e cada um tem suas peculiaridades."

Para o desembargador, a diminuição de zonas eleitorais pode ter um efeito bastante negativo no papel da Justiça Eleitoral. "Pode-se

perder eficiência e, assim, o combate à corrupção eleitoral durante as eleições será extremamente prejudicado".

Ele citou levantamento interno do TRE que aponta que as eleições suplementares decorrentes de cassação de prefeitos por corrupção eleitoral ocorrem, principalmente, nos municípios onde não há zona eleitoral. "Os abusos ocorrem, na maioria, nestes municípios que não são sede da Justiça Eleitoral."

Segundo Pereira, 155 municípios do Paraná têm Justiça Eleitoral. "E, mesmo assim, na maior parte dos casos os juizes eleitorais estão a 10, 20 quilômetros desses municípios. Se houver esta mudança, ficarão a uns 80 quilômetros."

Para ele, também é preciso discutir a alegada economia da medida, que seria de R\$ 74 milhões, segundo o TSE, o que corresponde a 0,2% do orçamento da Justiça Eleitoral, disse Pereira. "Também falam em criação de postos de atendimento para suprir as zonas que serão extintas e isso tem um custo. Por isso, é preciso discutir profundamente a mudança para não comprometer a eficiência da Justiça Eleitoral que é um exemplo para o mundo."

A assessoria de imprensa do TSE informou que a portaria permanecia em vigor. Na semana passada, após a reunião com os representantes das entidades, o diretor-geral do TSE, Mauricio Caldas de Melo, disse que o ministro Gilmar Mendes reafirmou aos participantes que as alterações têm o objetivo de racionalizar a Justiça Eleitoral e

que não irão prejudicar o atendimento ao eleitor nem modificar os locais de votação, considerando que há a previsão legal de que as localidades, cujas zonas eleitorais forem extintas, passem a receber centrais de atendimento para a continuidade dos trabalhos, sem qualquer prejuízo aos eleitores.

Segundo o TSE, das 3.033 zonas eleitorais existentes, cerca de 500 poderão ser transformadas em centrais de atendimento aos eleitores e apoio logístico às eleições.

30 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

Um instrumento chamado delação premiada

O Brasil caminha em busca de moralização política e combate à corrupção desde que as caravelas de Cabral aportaram por aqui. Nos últimos anos, ações do Judiciário têm trazido esta perspectiva mais próxima dos brasileiros. Como a Operação Lava Jato que, em três anos, acumula números mais expressivos em prisões, denunciados e condenações. Mérito, segundo o Ministério Público, obtido graças ao instrumento da delação premiada. Foi também com a Lava Jato que esse instrumento de investigação tornou-se mais conhecido entre as pessoas que não integram o meio jurídico, apesar de existir desde o final do século 16, conforme informou à FOLHA o advogado e professor Paulo César Busato. Ela é indicada para ajudar a alcançar mentores de estruturas criminosas, que normalmente não seriam identificados, com informações trocadas por benesses a membros considerados menos importantes dessas organizações. Até março, só pela Lava Jato, 127 acordos haviam sido homologados pelo STF (Supremo Tribunal Federal). Mas o último deles, firmado com os donos da JBS, Joesley e Wesley Batista, o tamanho das concessões causou espanto não só entre os cidadãos comuns, mas de juristas e até mesmo membros do STF. Apesar do grau de envolvimento na corrupção, diferentemente dos demais delatores, os Batista foram penalizados apenas com multa de R\$ 110 milhões cada. Ganharam inclusive o direito de deixar o País com suas famílias e gozar lá fora da fortuna que acumularam, usando em grande parte dos negócios recursos disponibilizados por um banco estatal, o BNDES.

A agressiva trajetória dos irmãos Batista, que promoveu até mesmo a perda de relevância do país para os seus negócios - atualmente o Brasil é responsável por apenas 16% da receita do grupo -, levanta ainda a suspeita de uma estratégia muito bem articulada e até premeditada. Fica a expectativa de como

o caso terminará. As delações devem continuar como uma ferramenta contra o crime ou serão banalizadas corroborando para a impunidade dos poderosos? Vale ressaltar o que diz o professor entrevistado pela FOLHA, esse instituto tem ampla previsão legal, mas deve ser usado como meio excepcional de prova.

30 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Quinto em tudo

Não sei se o indicador favorece o ego paranaense, mas o fato é que, embora não chegando à medalha de bronze, estamos em quinto lugar no Brasil tanto em renda como em corrupção. Ano passado festejamos, precipitadamente, a superação dos gaúchos em renda interna, o que nos tiraria do quinto lugar e nos daria o quarto. Bastou o informe para que os assanhados marqueteiros do governo estadual fizessem uso da entronização, conquanto se considerasse em série histórica que a diferença entre nós e a gauchada há muitos anos fosse mínima e por décimos e que em vários momentos ameaçamos emparelhar.

Nosso súbito desempenho em corrupção, pelo menos o mais recente que remonta ao mensalão e aparece robusto e vigoroso na Lava Jato, serviu para derrubar o arquétipo batido da timidez e nos levar a um protagonismo na cena nacional não apenas em função do juiz Sérgio Moro como de toda a força-tarefa aqui instalada. É claro que a situação das contas dos gaúchos, o que não é simétrico à sua economia, coloca mal o desempenho da estrutura estatal, ainda que a daqui, bem melhor, não seja uma Brastemp. O Paraná perdeu o seu banco regional e paga um preço elevadíssimo por seu saneamento, o que também se deu com sua unidade de fomento, o Badep, cuja liquidação extrajudicial foi pleiteada por Alvaro Dias. Mas o banco deve ter sido um dos fatores de todo o desequilíbrio gaúcho na medida em que financiava a ação política com aqueles rituais conhecidos como o de manipular depósitos judiciais que ficavam justamente nos seus cofres e facilitavam as operações.

O pior seria a ideia de jerico de transformar a Fomento Paraná em banco, o que já foi até pensado, a partir da correção residual dos problemas eventualmente pendentes do Badep. O Banco Central sempre teve uma doutrina sobre os bancos estaduais de um modo geral como produtores de moeda, imaginem a festa que andaria por aqui se ainda existissem os bancos comerciais e de fomento com esses cultos da prodigalidade.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

30 MAI 2017

Vereador cassado

A Corte do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Paraná decidiu, por unanimidade, nesta segunda-feira (29) cassar o mandato do vereador Ivo Kuchla, de Roncador. O TRE acatou o recurso do MPE (Ministério Público Eleitoral) uma vez que Kuchla, reeleito em 2016, havia sido condenado criminalmente a 3 meses de detenção e à perda dos direitos políticos e o trânsito em julgado ocorreu 19/08/2016, portanto, antes mesmo da diplomação em dezembro passado. Cabe recurso ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Biometria

O Fórum Eleitoral de Ibiporã (Região Metropolitana de Londrina) informa os eleitores da cidade e de Jataizinho (também da RML) que nesta quarta-feira (31) não haverá atendimento ao público devido ao feriado municipal – dia de Nossa Senhora da Paz (padroeira do município). Os interessados em fazer o cadastramento biométrico poderão comparecer ao Fórum nesta terça-feira (30) das 9 às 18 horas com a distribuição de senhas. Quem não quiser enfrentar filas poderá efetuar seu agendamento pelo site www.tre-pr.jus.br e escolher o melhor dia e horário. O atendimento será retomado na quinta-feira (1).

CLAUDIO HUMBERTO

Jurista diz que acordos de leniência são ilegais

Um dos juristas mais admirados do País, Modesto Carvalhosa, afirmou ontem que são “mancos” e completamente ilegais acordos de leniência celebrados no Brasil. A lei só prevê o benefício à primeira empresa que denuncia, por exemplo, um esquema de cartel para fraudar licitações. Especialista em Direito Comercial, Carvalhosa lembra que a lei impõe outros órgãos na negociação do acordo, além do Ministério Público.

Alguém sabia disso?

Carvalhosa esclareceu que a lei proíbe a extensão dos benefícios do acordo de leniência ao presidente e/ou controlador da empresa.

Um anticandidato

Estimulado por amigos e admiradores, Carvalhosa se dispõe a disputar a presidência, pela via indireta. “Sou um anticandidato”, reconhece.

Fim do fisiologismo

Como “anticandidato”, Carvalhosa quer extinguir cargos de confiança e conclamar deputados e senadores a fazerem o melhor deles pelo País.

Outro acordo

O acordo de leniência do momento, negociado pelo Ministério Público Federal, prevê o pagamento R\$ 10,9 bilhões de multa pela J&F, equivalentes a 6% do seu faturamento anual, ao longo de 13 anos.

30 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA
FOLHA
Cidadania
**OAB pede afastamento
do presidente Temer**

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) protocolou, na última quinta-feira (25), na Câmara dos Deputados, denúncia contra o presidente Michel Temer no episódio JBS com pedido de impeachment do peemedebista. Foi o 13º pedido de impeachment contra Temer com base nas delações do empresário Joesley Batista, um dos donos do grupo JBS, que gravou conversas que comprometeram Temer. O presidente da (OAB), Cláudio Lamacchia, afirmou que o pedido leva em conta os áudios divulgados e as manifestações públicas de Michel Temer, onde ele declara ter conhecimento dos crimes narrados por Joesley Batista (compra de um juiz e um promotor) e “nada fez”.

O dirigente enfatiza que o pedido destaca também os “fatos controversos” confirmados por Temer aos jornais. A OAB requer encaminhamento dos autos ao Senado “para impor ao denunciado a pena de perda do mandato, bem como inabilitação para exercer cargo público pelo prazo de oito anos”. A OAB sustenta que Temer cometeu crime de responsabilidade, em violação ao artigo 85 da Constituição. A base legal para o pedido de afastamento do peemedebista por quase uma década é o artigo 52, parágrafo único, da Constituição.

O ponto crucial da ofensiva da Ordem contra Temer é o episódio JBS. O presidente recebeu no Palácio do Jaburu na noite de 7 de março o executivo Joesley Batista, acionista do grupo. Durante mais de 30 minutos, o presidente ouviu de seu interlocutor - em conversa gravada por este - a confissão de uma série de crimes, como o pagamento de mensalinho ao procurador da República Ângelo Goulart e mesada milionária a Eduardo Cunha (PMDB/RJ), ex-presidente da Câmara preso desde outubro de 2016 na Operação Lava Jato.



● Peças que constituem um processo, tais como as petições, termos de audiências, certidões

● Interlocutor - Cada uma das pessoas que participam de uma conversa, de um diálogo

30 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

FOLHA Cidadania

Polícia investiga 26 casos de crianças desaparecidas no Paraná

“Todos os dias desaparece uma criança no Paraná.” A afirmação é da delegada-chefe do **Sicride** (Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas), Iara Laurek Dechiche. Ela esteve recentemente em Londrina para participar de uma reunião pública convocada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Câmara de Vereadores. Durante o encontro, Dechiche ressaltou os trabalhos desenvolvidos pela equipe do Sicride, em Curitiba. A delegacia é a única do Brasil criada para apurar o desaparecimento de crianças de zero a 12 anos incompletos.

As ações são desenvolvidas com o apoio de policiais civis e militares, guardas municipais e bombeiros. Grande parte dos casos, segundo a delegada, é solucionada rapidamente. Ainda assim, os pais devem permanecer em alerta.

“Não desgrude das crianças pequenas. Leve as crianças na escola, tenha a certeza de que elas estão na escola e não deixe qualquer pessoa ir buscá-las. Quando for ao shopping, fique sempre de olho e mesmo em casa. Temos casos de crianças que moravam perto de um rio e que desapareceram. Depois foram encontradas mortas”, aconselhou.

O Sicride foi implantado em 1995 para centralizar as investigações após uma série de desaparecimentos de crianças registrados no Sul do País. A equipe reuniu dados e identificou que uma **quadrilha ligada ao tráfico de pessoas** atuava na região. A delegada não soube informar a quantidade de casos solucionados desde então. Alguns desaparecimentos são motivados por desentendimentos familiares, agressão e abuso sexual. Atualmente, há 26 casos em investigação no Paraná.

Marcos Zanullo



Delegada Iara Laurek Dechiche

Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas, ligado à Polícia Civil do Paraná

Grupo de pessoas que tem por objetivo práticas criminosas ou atividades consideradas ilegais

30 MAI 2017

GAZETA DO POVO

A improvável prisão de Aécio e Loures

Procuradoria recorreu da decisão, do ministro Edson Fachin de manter os parlamentares livres, mas não há data e nem prazo para apreciar o recurso

BRASÍLIA

Flávia Pierry,
correspondente

● Já se vão 11 dias desde que o ministro do Supremo Tribunal Federal e relator da Operação Lava Jato, Edson Fachin, determinou o afastamento do senador Aécio Neves (PSDB-MG) e do deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) de seus cargos. Passado todo esse tempo, é improvável que a Justiça decida agora mandá-los para a prisão.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu a Fachin que reconsidere os pedidos de prisão de Aécio e Rocha Loures, mas, para o advogado criminalista Luís Henrique Machado, o caráter de urgência da medida cautelar foi perdido. “Não cabe mais um decreto de prisão preventiva tardio. Perdeu-se o ‘timing’ da prisão”, disse.

Fachin agiu de forma diferente de seu antecessor na relatoria da Lava Jato no STF. Em 24 de novembro de 2015, Teori Zavascki decretou a prisão preventiva do ex-senador Delcídio Amaral ao pedir sua investigação, além

de encaminhar a prisão de Amaral imediatamente ao Senado para votação. No dia 18 deste mês, Fachin determinou apenas o afastamento de Aécio e Rocha Loures dos cargos, mas não pediu a prisão deles, o que ensejou a manifestação da PGR.

Nesse período, tanto Rocha Loures como Aécio ficaram sob os olhos da opinião pública. O deputado se apresentou à Polícia Federal tão logo voltou de viagem aos Estados Unidos. Ele entregou mala com o dinheiro que teria recebido de emissário do delator Joesley Batista. Aécio buscado se defender. Ambos entregaram os passaportes à PF e não podem se aproximar de outros investigados.

Fachin foi cauteloso ao avaliar a situação dos investigados e ponderar sobre a necessidade de prendê-los, avalia Luís Machado. “O ministro Fachin soube fazer uma leitura constitucional do caso. Considero uma decisão técnica e acertada.”

Câmara e Senado têm pedidos para cassação

● Já foram apresentados os nomes dos senadores para analisar a cassação de Aécio no Conselho de Ética de Senado, mas ainda não há previsão para instalação do colegiado. Na Câmara, a oposição entrou com representação contra Loures por quebra de decoro. Caberá ao presidente do Conselho de Ética, Elmar Nascimento (DEM-BA), sortear os relatores. No caso de Loures, que é suplente do deputado Osmar Serraglio, sua situação é ainda mais frágil. Se Serraglio retomar seu mandato, o que pode ocorrer caso não aceite o Ministério da Transparência, Loures perde o foro privilegiado. Seu inquérito, entretanto, continua no STF porque envolve também o presidente Temer.

30 MAI 2017

GAZETA DO POVO

Sergio Moro vai a julgamento por divulgação das conversas de Lula

Plenário do CNJ vai avaliar recurso contra o arquivamento de duas reclamações sobre o tema na sessão desta terça-feira

Kelli Kadanus e Bruna Borges, de Brasília

● O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai julgar hoje recurso contra o arquivamento de duas reclamações disciplinares contra o juiz federal Sergio Moro, responsável por conduzir as investigações da Lava Jato no Paraná. As duas reclamações são referentes a divulgação pelo magistrado de gravações de conversas interceptadas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com outras autoridades.

Arquivadas em maio do ano passado, as contestações são de autoria de parlamentares aliados ao ex-presidente, que acusam Moro de divulgar os áudios de conversas de Lula com pessoas com prerrogativa de foro, como a ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Os diálogos vieram a público em março de 2016, um dia antes da então presidente Dilma Rousseff empossar Lula como ministro da Casa Civil.

Em uma das reclamações, assinada por oito deputados federais do PT e do PCdoB, os

parlamentares se queixaram da permissão dada por Moro para interceptação telefônica de pessoas com foro, a junta dos autos de gravações realizadas depois da ordem de suspensão do grampo, a publicidade do material e a violação do sigilo profissional entre cliente e advogado — o escritório que faz a defesa de Lula também foi grampeado.

O segundo protesto é de um grupo de senadores do PT, PCdoB e PSB. Os senadores pedem que o CNJ aplique ao juiz as medidas disciplinares previstas na Lei Orgânica da Magistratura (Lomam), como advertência, censura, remoção compulsória, aposentadoria compulsória ou demissão. Eles também questionam a divulgação dos áudios — em março do ano passado, Moro derrubou o sigilo de uma série de áudios de conversas interceptadas pela Polícia Federal com autorização judicial.

Em um deles, o ex-presidente conversava com a então presidente Dilma.

Na ligação, que foi realizada depois de uma ordem de Moro para que a Polícia Federal interrompesse o grampo, Dilma diz a Lula que vai mandar um emissário — o “Bessias” — com um termo de posse para que Lula usasse “em caso de necessidade”. O diálogo foi interpretado como uma tentativa de obstrução da Justiça, ao nomear o ex-presidente ministro com o objetivo de tirar as investigações de Moro, garantindo prerrogativa de foro.

Divulgação

As gravações vieram a público no dia 16 de março do ano passado. Por volta das 11 horas da manhã, Moro mandou a PF interromper o grampo. A conversa entre Lula e Dilma ocorreu por volta das 13h30.

Moro também retirou o sigilo de conversas com ministros e políticos com prerrogativa de foro — inclusive de diálogos que não tinham ligação com as investigações.

O escritório onde trabalham advogados de Lula também foi grampeado. A empresa de telefonia responsável por efetivar a quebra de sigilo enviou dois ofícios a Moro informando que alguns números eram de um escritório de advocacia, mas Moro alegou que “não percebeu” os ofícios de alerta. Sobre a gravação com Dilma ter ocorrido depois da ordem judicial para interromper o grampo, Moro escreveu em um despacho que “não havia reparado antes no ponto, mas não vejo maior relevância”.

DESCULPAS

Dias depois da divulgação dos áudios, Moro pediu “respeitosas escusas” ao STF reconhecendo o erro, admitindo que pode ter se equivocado no entendimento jurídico adotado no caso.

30 MAI 2017

GAZETA DO POVO

Governo reduz verba da Operação Lava Jato em Curitiba

● A operação Lava Jato e a Superintendência da Polícia Federal do Paraná tiveram quase um terço de seu orçamento cortado neste ano. O Ministério da Justiça destinou para ambos R\$ 20,5 milhões, dos quais R\$ 3,4 milhões para os gastos extras da operação, ante os R\$ 29,1 milhões de 2016, dos quais R\$ 4,1 milhões especificamente para a Lava Jato. A queda é de 29,5%. O aperto é ainda maior, pois, além da redução, houve contingenciamento de 44% da verba destinada, conforme mostrou o jornal "O Estado de S. Paulo".

As consequências para a Lava Jato são dificuldades para pagar diárias, fazer diligências e outras ações necessárias à continuidade da operação, asfixiando financeiramente seus trabalhos. "Isso havia acontecido no começo da operação, mas, depois, os recursos voltaram. Agora, isso volta a acontecer", disse o procurador da República, Andrey Borges de Mendonça, que participou da força-tarefa em Curitiba e, agora, em São Paulo, cuida da Operação Custo Brasil, sobre corrupção no Ministério do Planejamento. Procurado, o Ministério da Justiça nega as dificuldades.

O jornal obteve os dados por meio da Lei de Acesso à Informação. Eles mostram o quanto a PF gastou com a Lava Jato desde 2014, início da operação. Naquele ano, os recursos para a Superintendência do Paraná cresceram 44%, saltando de R\$ 14 milhões em 2013 (equivalente a atuais R\$ 17,9 milhões) para R\$ 20,4 milhões (R\$ 24,4 milhões em valores corrigidos). Em 2015, o órgão no Paraná manteve o mesmo nível de gastos. Nesse

período, os federais fizeram no Paraná 59 operações, das quais 21 (35,5%) foram no conjunto da Lava Jato.

Conforme documentos do Setor de Logística da PF (Selog/SR/PF/PR), todos os gastos da Lava Jato eram então bancados pela Superintendência do Paraná. A partir de 2016, notas de empenho próprias passaram a registrar os gastos específicos da operação, cujos valores foram obtidos pelo Estado. Além do corte nos repasses, decidido em novembro de 2016, outro problema preocupa os investigadores em Curitiba: a redução do pessoal que trabalha nas equipes da PF.

Atualmente, apenas quatro delegados trabalham exclusivamente na Lava Jato, dos quais três ainda são obrigados a dividir sua atenção no combate à corrupção com os plantões na superintendência.

GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO

30 MAI 2017

Planilha joga mais dúvidas na doação da JBS a Richa

“**A**bsoluta mentira” disse o governador Beto Richa, semana passada, quando confrontado pela imprensa sobre a delação do executivo da JBS, Ricardo Saud, que disse ter entregue ao primeiro-irmão Pepe Richa R\$ 1 milhão em espécie num supermercado em Curitiba, a título de ‘caixa 2’, mas sem esperar nada em troca. A doação faria parte de um esquema de conquista de boa-vontade futura de políticos promissores em relação aos interesses da empresa.

Pepe também se mostrou indignado: “Repúdio as falsas afirmações a mim dirigidas pela pessoa do delator da JBS Ricardo Saud, de quem não recebi dinheiro algum”.

Em apoio a Pepe, o governador completa: “É mentira, até porque meu irmão nem fazia parte do comitê financeiro. Eu, pessoalmente, pedi que ele não fizesse, que ele cuidasse de outros setores da campanha, porque já tínhamos pessoas designadas que há muito tempo já me acompanhavam. Então, não faz o menor sentido”.

Já o delator Ricardo Saud, perante procuradores do Ministério Público Federal, gravou o relato da entrega do dinheiro e informou que uma planilha entregue aos investigadores comprovaria sua informação. No fim de semana que passou, o jornal *O Estado de São Paulo* reproduziu parte da desta planilha, escrita de próprio punho pelo delator, e na qual ele se refere a duas doações da JBS a Beto Richa. Cada uma de R\$ 1 milhão. Com relação à segunda, está anotado à margem: “Angeloni (Pepe)”.

Anotou também a data da entrega: 24 de outubro de 2014, isto é, três semanas após a vitória em 1.º turno na reeleição de Richa.

Quem consultar a lista de doadores da campanha, disponível no site do TSE, constatará o registro de duas doações oficiais da JBS — uma de R\$ 1 milhão e outra de R\$ 1 mil, totalizando, portanto, R\$ 1.001.000,00. Seria engano? Por algum erro de digitação, alguém teria suprimido três zeros da segunda doação? Se foi este o caso, por que não houve retificação? Ou, num caso mais extremo, há quem possa explicar o “desaparecimento” de R\$ 999.000,00?

Por mais que a legislação afirma que é o candidato o responsável final pelas prestações de contas de suas campanhas, reconheça-se a impossibilidade de Beto ter fiscalizado tudo, tim-tim por tim-tim, e por isso não tenha condições para explicar. Mas nesse caso seria importante que a pessoa indicada por ele, o tesoureiro da campanha de 2014, o faça com a devida urgência e forma convincente. Afinal, é contra Beto Richa (e não contra o tesoureiro) que o STF determinou à Procuradoria Geral da União (PGR) a investigação.

REGIÃO
Beto Richa

2.500.000 . 23/10/14.
① 1.000.000 . 24/10/14
③ 1.000.000 . ANGELO NI (PEPE)
12.263.000,00

30 MAI 2017

GAZETA DO POVO

Temer planeja ficar no cargo por pelo menos 4 meses, mesmo se for cassado no TSE

BRASÍLIA

Agência O Globo

● O presidente Michel Temer definiu uma estratégia jurídica para tentar ter um desfecho favorável no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e traçou diferentes cenários nos quais pode permanecer no cargo por pelo menos 120 dias. O primeiro passo foi tentar devolver ao Ministério da Justiça o *status* perdido, com a escolha do jurista Torquato Jardim para comandar a pasta. O Planalto avalia que o respaldo do jurista e especialista Torquato Jardim resulte num ambiente mais favorável no TSE, onde Temer já tem aliados. Torquato é muito respeitado no setor jurídico e foi advogado de vários partidos em questões eleitorais. Em caso de cassação da chapa vencedora da eleição de 2014 e do mandato do presidente, Temer ganharia tempo com vários recursos e contaria com demora na decisão de chamar eleições indiretas.

Temer se reuniu com ministros e caciques do PMDB para tratar de vários cenários durante o final de semana. Aliados dizem que estão surpresos com a “firmeza” de Temer, que adotou um linguajar até mais enfático, ao contrário da cortesia de sempre. O próprio Temer é jurista e conhece todos os ministros do TSE e do STF.

Nos encontros, Temer disse que vai recorrer, ou seja, usar de todos os meios jurídicos à disposição. “Essa situação pode levar uns 120 dias. E o Temer disse que é sim um democrata e que vai afirmar democraticamente os direitos de presidente”, disse um aliado que esteve no Palácio do Jaburu.

O Planalto aposta que o julgamento da chapa Dilma-Temer, marcado para o próximo dia 6, não vai terminar até o dia 8, conforme a previsão inicial. Há ainda a expectativa de que ministros peçam vista, apesar da pressão política por um desfecho rápido. Um dos ministros avaliou que o caso é “muito difícil e complexo” e que não se pode prever o que vai acontecer.

COLUNA DO LEITOR

JUDICIÁRIO

Se Lula ainda não está preso, o problema não está na dificuldade em julgar um ex-presidente, e sim no fato de que nossa Justiça, de um modo geral, não funciona. Gastamos bilhões ao ano com um Judiciário moroso. Precisamos urgentemente de uma reforma no Judiciário, do contrário continuaremos a ver Lula, com seis inquéritos nas costas, fora das grades a enganar os incautos brasileiros.

Beatriz Campos

30 MAI 2017
GAZETA DO POVO

PAIXÃO



30 MAI 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

De cada três leis, duas foram julgadas inconstitucionais pelo STF

Das 62 ADIs submetidas ao Plenário da corte, 47 foram julgadas procedentes. Rio Grande do Norte foi estado com mais normas suspensas pelo tribunal

Mais da metade das leis questionadas em sua constitucionalidade e julgadas no mérito pelo Supremo Tribunal Federal em 2016 foram retiradas do ordenamento jurídico. Em 68 ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) entre as mais de 1.700 em tramitação analisadas pelo Plenário da corte, foi questionada a constitucionalidade de 62 leis, das quais 41 foram consideradas inconstitucionais, de acordo com levantamento do Anuário da Justiça. Ou seja, de cada três normas analisadas, duas foram consideradas em desconformidade com a Constituição.

O controle concentrado de constitucionalidade de leis aprovadas pelo Legislativo e julgadas pelo Judiciário criou tensão entre os poderes. Foi o caso da ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF 402) ajuizada pela Rede Sustentabilidade com o pedido de afastamento do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) do cargo de presidente do Senado. Em decisão liminar, o ministro Marco Aurélio acatou o pedido, sob a alegação de que, ao se tornar réu em decorrência do Inquérito 2.593, o senador não preenchia as condições para

figurar na linha de sucessão do presidente da República. Chamado às pressas para analisar o mérito da questão, o Plenário do Supremo manteve a proibição, mas deixou de referendar a parte da decisão monocrática que ordenava o afastamento imediato de Renan Calheiros da Presidência do Senado, nos termos do voto produzido pelo ministro Marco Aurélio.

Das 68 ADIs julgadas no mérito pelo Supremo em 2016, 40 (59%) foram consideradas procedentes, no todo ou em parte. Outras 53 ADIs chegaram a ser incluídas na pauta de julgamento do Plenário, mas tiveram o prosseguimento cancelado ou foram extintas sem análise do mérito, quase sempre por ilegitimidade da parte autora ou por perda do objeto — que ocorre quando a lei ou o dispositivo impugnado já não existe mais no universo jurídico.

30 MAI 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

**Defensoria pede súmula
ao STJ contra
prisão de quem não pode
pagar fiança**

O Superior Tribunal de Justiça tem recebido pedidos para criar uma súmula contra a manutenção de custódia cautelar baseada apenas na falta de pagamento de fiança. Desde fevereiro, a Defensoria Pública de São Paulo passou a sugerir a tese no meio de requerimentos de Habeas Corpus, relatando a dificuldade de alguns presos juntarem o valor necessário para conseguir a liberdade.

Um homem suspeito de furtar quatro desodorantes, por exemplo, ficou quatro meses atrás das grades por ter deixado de pagar um salário mínimo (hoje em R\$ 937). O juízo de primeiro grau fixou essa fiança em outubro de 2016, mas ele só conseguiu HC em fevereiro deste ano, com liminar do ministro Felix Fischer.

30 MAI 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Lançado livro **Criminalista Mário Jorge – Centenário De Nascimento**

O Tribunal do Júri de Curitiba, recebeu a apresentação do livro (biografia) do advogado de Júri, Dr. Mário Jorge. A abertura do evento foi realizada pelo Dr. Daniel de Avelar, juiz presidente da 2ª. Vara Privativa do Tribunal do Júri da Capital. Em seguida, o professor Doutor René Dotti realizou palestra com o tema a “Magistratura popular no atual Tribunal do Júri”.

A autora do livro advogada Terezinha Elinei de Oliveira, que integrou por aproximados 20 anos a equipe do Dr. Mário Jorge formando dupla de defesa dividindo a Tribuna do Júri, relembrou a passagem do homenageado naquele Tribunal onde por iniciativa do Conselheiro Walter Borges Carneiro, na época integrante do escritório do Prof. René Dotti, a OAB-PR a placa de bronze onde se lê; “Ao Criminalista Mário Jorge Que Fez Do Júri A Razão De Sua Existência A Homenagem Da Ordem Dos Advogados Do Brasil Seção Do Paraná” (11.08.1989).

O Desembargador José Maurício Pinto de Almeida discorreu sobre o cotidiano da vida do Criminalista, do seu interesse e presença junto à classe acadêmica, ora produzindo palestras, ora os levando a participar ao vivo do seu programa Culpado ou Inocente e do quanto incentivava a juventude a exercer a advocacia e

a querer atuar no Tribunal do Júri.

A Advogada Jussara Jorge Souza Dias, filha de Mário Jorge, lembrou a sua trajetória profissional e de vida em família, agradecendo nominalmente a cada um dos co-participantes do livro que emitiram seus depoimentos, nele inseridos. Encerrou falando do orgulho em ser sua filha e da saudade que sentia.

Ao encerrar os trabalhos o Juiz Daniel de Avelar, falou que ouviu no Plenário e leu no livro, que lhe foi entregue antes da apresentação pública, tinha certeza de que “as paredes, os móveis, as tribunas do Júri, ainda estavam impregnados da presença de Mário Jorge e da falta que ele fazia ali.”

O evento contou com a presença de jurados que integraram o Conselho de Sentença em júris onde o homenageado ocupou a Tribuna da Defesa, desembargadores, advogados, Dr. José Augusto Araújo de Noronha, presidente da OAB-PR. Dr. Alexandre Salomão presidente da APACRIM, Dr. Jaiderson Rivarola, presidente da OAB-PR Subseção de São José dos Pinhais; a ABACRIM – Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas fez-se presente na pessoa da Advogada Caroline Mattar Assad, que representou seu pai e presidente da Associação, Dr. Elias Mattar Assad.

30 MAI 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

MORO NA BERLINDA

Juiz curitibano vai a julgamento por divulgação das conversas de Lula

de Kelli Kadanus

O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai julgar hoje duas reclamações disciplinares contra o juiz federal Sergio Moro, responsável por conduzir as investigações da Lava Jato no Paraná. As duas reclamações são referentes a divulgação pelo magistrado de gravações de conversas interceptadas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com outras autoridades.

As reclamações são de autoria de parlamentares aliados ao ex-presidente, que acusam Moro de divulgar os áudios de conversas de Lula com pessoas com prerrogativa de foro, como a ex-presidente

Dilma Rousseff (PT). As conversas vieram à público em março do ano passado, um dia antes da então presidente Dilma empossar Lula como ministro da Casa Civil.

Em uma das reclamações, assinada por oito deputados federais do PT e do PCdoB, os parlamentares reclamam da permissão dada por Moro para interceptação telefônica de pessoas com foro, a juntada nos autos de gravações realizadas depois da ordem de suspensão do grampo, a publicidade do material e a violação do sigilo profissional entre cliente e advogado o escritório de advocacia que faz a defesa de

Parlamentares reclamam da permissão dada pelo juiz para interceptação telefônica.

Lula também foi grampeado.

A segunda reclamação é de um grupo de senadores do PT, PCdoB e PSB. Os senadores pedem que o CNJ aplique ao juiz as medidas disciplinares previstas na Lei Orgânica da Magistratura (Lomam), como advertência, censura, remoção compulsória, aposentadoria compulsória ou demissão. Eles também questionam a divulgação dos áudios.

30 MAI 2017

BEMPARANÁ

Sob pressão, Rocha Loures troca advogado

Mudança ocorre em meio a rumores de delação premiada de parlamentar afastado

Da Redação
com agências

O advogado José Luis de Oliveira Lima deixou a defesa do deputado federal paranaense afastado Rodrigo Rocha Loures (PMDB). O criminalista alegou questões de "foro íntimo" ao renunciar à defesa do peemedebista. O novo advogado de Rocha Loures é Cesar Roberto Bitencourt. A troca acontece em meio a rumores de que o paranaense pode fechar um acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal (MPF).

Rocha Loures é o homem de confiança do presidente Michel Temer flagrado, em ação controlada da Polícia Federal sobre executivos da JBS, recebendo uma mala de dinheiro de R\$ 500 mil do diretor de Relações Institucionais da J&F, Ricardo Saud. O parlamentar foi afastado do cargo após decisão do Supremo Tribunal Federal, no último dia 18.

Em áudio gravado por Joesley, em visita às escondidas no Palácio do Jaburu, Michel Temer indica Loures para ser seu interlocutor junto à empresa. O peemedebista afirmou, durante as gravações, que o empresário



Franklin de Freitas

Rocha Loures: novo defensor é crítico das delações

poderia tratar de qualquer assunto com o deputado.

Loures é acusado de receber propinas de R\$ 500 mil semanais em troca de influência sobre o preço do gás fornecido pela Petrobras à termelétrica EPE - o valor da propina, supostamente "em benefício de Temer", como relataram executivos da JBS, é correspondente a 5% do lucro que o grupo teria com a manobra. As tratativas teriam sido feitas entre o parlamentar, homem de confiança de Temer, e o presidente interino do Cade, Gilvandro Araújo, de acordo com a delação.

Na semana passada, o deputado devolveu a mala recebida por ele do executivo da

JBS e delator Ricardo Saud, em uma pizzaria de São Paulo. Após a devolução, a Polícia Federal informou que teriam sido devolvidos R\$ 465 mil, ou R\$ 35 mil a menos do que o relatado pelo relator. Na última quinta-feira, os advogados do parlamentar comunicaram ao STF terem depositado em juízo o valor que faltava.

Delação - Também na semana passada, emissários de Rocha Loures teriam feito contato com a Procuradoria Geral da República (PGR) para conversar sobre uma eventual delação premiada. O paranaense foi assessor direto de Temer desde 2011, quando o peemedebista ainda era vice-

presidente, e ascendeu ao gabinete da presidência após o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), no ano passado. Ele só deixou o cargo em março para assumir um mandato na Câmara Federal depois que o deputado Osmar Serraglio (PMDB) foi nomeado ministro da Justiça por Temer. No domingo, Serraglio foi demitido da Pasta da Justiça e transferido para o Ministério da Transparência, garantindo a Rocha Loures a manutenção do status de foro privilegiado como parlamentar.

O novo advogado do paranaense, porém, é um crítico da operação Lava Jato e das delações premiadas. "O Ministério Público confessou na mídia que prende para forçar a delação e facilitar as investigações; o magistrado decreta a prisão de alguém pela manhã, mas a relaxa a tarde ao saber que o pretenso investigado está negociando uma delação, deixando claro que o objetivo da prisão era só para forçar a delação, o que é um procedimento lamentável do julgador", defendeu Cesar Roberto Bitencourt, em artigo publicado em março deste ano no site "Consultor Jurídico".

30 MAI 2017

BEMPARANÁ

Cunha pede anulação de delação da JBS

A defesa do ex-deputado federal Eduardo Cunha pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) a anulação do acordo de delação da JBS. Cunha foi citado nos depoimentos de delação do empresário Joesley Batista, um dos donos da empresa. O ex-parlamentar está preso na Superintendência da Polícia Federal (PF) em Curitiba, por determinação do juiz federal Sérgio Moro.

No recurso apresentado ao Supremo, os advogados de Cunha alegam que não há provas sobre o suposto pagamento mensal ao ex-deputado para comprar seu silêncio, conforme um dos depoimentos da delação da JBS.

A defesa também criticou os benefícios concedidos pelo Ministério Público Federal (MPF) aos delatores ligados à empresa, como dispensa de prisão e permissão para morar nos Estados Unidos. "Não tem a menor razoabilidade, tampouco proporcionalidade, esse grupo de delatores se beneficiar com tamanha generosidade, ante a quantidade e complexidade dos supostos crimes apresentados", argumenta a defesa.

Eduardo Cunha está

LAVA JATO

US\$ 5 milhões

é quanto Eduardo Cunha (PMDB/RJ) teria recebido de propina em negócios da Petrobras

preso desde outubro do ano passado, um mês após ter tido o mandato de deputado cassado na Câmara. Em abril, ele foi condenado pelo juiz federal Sérgio Moro a mais de 15 anos de prisão pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Na ação penal, Cunha foi acusado de receber mais de 1,3 milhão de francos suíços, ou US\$ 5 milhões em propina por um contrato de exploração da Petrobras em um campo de petróleo no Benin, na África. O contrato levou a um prejuízo de US\$ 77,5 milhões para a estatal, segundo o Ministério Público Federal. O parlamentar sempre negou as acusações.

Anulação de ocasião

A defesa do deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB) pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) a anulação do acordo de delação premiada da JBS. Citado nos depoimentos dos irmãos Wesley e Joesley Batista, Cunha argumenta, por meio de seus advogados, que não há provas sobre o suposto

pagamento mensal a ele para comprar o seu silêncio em relação a outros malfeitos que poderiam ser denunciados na Operação Lava Jato.

O pedido, por mais que tenha amparo judicial, é de um oportunismo bárbaro. Cunha, encarcerado em Curitiba desde o ano passado, já foi condenado pelo juiz federal

Sérgio Moro a mais de 15 anos de prisão por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Está enrolado até o pescoço, citado em diversas delações e ainda assim tenta continuar posando de bom moço, traje que não lhe serve mais e que encolhe mais a cada dia que passa.

Seria melhor para

Cunha, diante do cenário atual, começar a pensar com mais carinho na possibilidade de também assinar um acordo de delação premiada. Certamente, diante dos extensos conhecimentos que possui das entranhas do poder, Cunha teria mais "argumentos" para, eventualmente, pressionar seus desafetos. ●

"TSE não é joguete", diz Gilmar Mendes

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, afirmou ontem (29) que não cabe ao TSE resolver crise política. "Tribunal não é instrumento para solução de crise política, o julgamento será jurídico e judicial." Gilmar Mendes deu a declaração ao se referir ao julgamento da ação em que o PSDB pede a cassação da chapa Dilma-Temer, marcado para começar no dia 6 de junho. Segundo o presidente do TSE, o tribunal "não é joguete de ninguém".

Diante da possibilidade de o julgamento ser interrompido por algum pedido de vista de um dos ministros (mais tempo para analisar o caso), Gilmar Mendes afirmou



■ O ministro afirmou que o tribunal não é responsável pela crise política

que isso é um procedimento normal. "Se houver pedido de vista é algo absolutamente normal, ninguém fará por combinação com este ou aquele intuito", disse o ministro, que participou do congresso jurídico da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abrampe), em São Paulo. ●

Claudia Cruz impedida de repatriar recursos

A Justiça Federal no Distrito Federal negou ontem (29) pedido da jornalista Cláudia Cruz, mulher do ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para repatriar recursos que estão em uma conta bloqueada na Suíça durante as investigações da Operação Lava Jato.

A quantia, estimada em 178 mil francos suíços, cerca de R\$ 590 mil, estava em uma conta que serviu para Cláudia Cruz bancar gastos pessoais em lojas de luxo com recursos oriundos de propina recebida por Eduardo Cunha em um contrato da Petrobras em Benin.

Na decisão, a juíza Diana Maria de Silva entendeu que a jornalista não pode repatriar os valores por meio da Lei da Repatriação, embora tenha sido absolvida por falta de provas, na semana passada, pelo juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos projetos da Lava Jato na primeira instância. ●